



Tribunal de Contas
Mato Grosso
TRIBUNAL DO CIDADÃO

GABINETE DO CONSELHEIRO INTERINO

João Batista de Camargo Jr

Telefone: (65) 3613-7503

e-mail: gab.joaobatista@tce.mt.gov.br

Ofício Nº : 784/2020/GCI/JBC

Cuiabá-MT, 9 de dezembro de 2020

A Sua Excelência a Senhora
Mauren Lazzaretti
Secretária de Estado de Meio Ambiente - SEMA
Cuiabá/MT

Assunto: **Processo n.º 21.868-5/2016 – REPRESENTAÇÃO DE NATUREZA INTERNA**

Senhora Secretária,

Nos termos do art. 256, § 1º, da Resolução Normativa TCE/MT nº 14/2007 (Regimento Interno do TCE/MT) c/c o § 2º do art. 61 da Lei Complementar nº 269/2007 (Lei Orgânica do TCE/MT), fica Vossa Excelência **NOTIFICADA** para que **no prazo de 15 (quinze) dias úteis**, encaminhe a este Tribunal de Contas, cópia digital do processo de Dispensa de Licitação nº 40.6431/2016/SEMA, que deu origem ao Contrato Emergencial nº 01/2016 dessa Secretaria, a fim de subsidiar a análise da presente Representação de Natureza Interna (RNI).

Eventual pedido de prorrogação de prazo para apresentação de resposta a este Ofício, **que poderá ou não vir a ser deferido pelo Relator**, será publicado no Diário Oficial de Contas (DOC-TCE/MT) e não obriga este Tribunal a comunicar o responsável por ofício sobre o resultado do pleito, em conformidade com o parágrafo único do art. 267 do Regimento Interno deste Tribunal de Contas (RI-TCE/MT).

Cabe à parte interessada entrar em contato com o gabinete do Relator ou acessar o DOC-TCE/MT para tomar conhecimento sobre o deferimento ou indeferimento do seu pedido. Saliente-se que a prorrogação, quando deferida, será pelo mesmo prazo de 15 (quinze) dias úteis e contar-se-á a partir do dia útil imediatamente seguinte ao término do prazo inicialmente concedido, nos termos regimentais.

Atenciosamente,

(assinatura digital)¹

JOÃO BATISTA DE CAMARGO JÚNIOR

Conselheiro Interino

(Portaria nº 127/2017, DOC nº 1.199, de 18/09/2017)

1 Documento firmado por assinatura digital, baseada em certificado digital emitido por Autoridade Certificadora credenciada, nos termos da Lei Federal nº 11.419/2006 e Resolução Normativa nº 9/2012 do TCE/MT.

